

PROJECTO DE MANIFESTO DA ALIANÇA SOCIALISTA

PROPOSTO PELA U.E.D.S.



1. O 25 de Abril trouxe aos portugueses redobradas esperanças num futuro democrático.

Esperanças na liberdade e na democracia, ~~num~~ em melhores condições de vida, no progresso social e cultural. Esperanças numa sociedade justa e numa economia ao serviço do homem donde seja eliminada a exploração e a alienação. Esperanças no debate de ideias sem censuras nem censores. Esperanças ~~de participar~~ de participar na tarefa comum de reconstrução de Portugal a partir de um projecto nacional de desenvolvimento mobilizador das energias criativas das classes trabalhadoras. Esperança num Estado não burocrático, desconcentrado e descentralizado, de verdadeiro poder regional e local. Esperança na paz e no diálogo com todos os povos.

Muitas das esperanças do 25 de Abril, contudo, não se concretizaram e hoje é de novo a direita que está no poder, uma direita autoritária e incompetente, animada por uma inesgotável sede de vingança e por uma ânsia de destruição de tudo quanto o 25 de Abril trouxe aos portugueses.

2. Erros, excessos e desvios, acompanhados de um contexto internacional de crise profunda, fizeram com que muitas dessas esperanças e aspirações não se tivessem concretizado. Todavia, a esperança continua bem viva no coração da esmagadora maioria dos portugueses. Esperança e confiança que a direita vem sistematicamente procurando apagar, reduzindo o povo português a novas formas de escravidão e submissão. Esta foi a mudança prometida pela AD!

3. A AD não tem um projecto nacional. A AD comprovou a sua irresponsabilidade na gestão do Estado, a sua intolerância para com os portugueses e em particular com quem trabalha, a sua subserviência a interesses estrangeiros na condução da política externa, a sua incompetência em cumprir as demagógicas promessas que fez. A política da AD é uma política minoritária, porque a AD é um instrumento ao serviço de interesses de minorias para quem Portugal foi sempre um simples negócio como outro qualquer. A AD ~~não~~ não é capaz, por isso, de resolver as grandes questões nacionais. A AD poderá resolver as dificuldades de algumas famílias detentoras de elevado poder económico, mas jamais será capaz de melhorar a qualidade de vida da esmagadora maioria dos portugueses. A AD poderá permitir novamente o domínio da economia portuguesa por grandes grupos nacionais e estrangeiros, mas é claramente incompetente para resolver a crise da nossa economia. E já o provou...

4. A ALIANÇA SOCIALISTA, frente eleitoral constituída pelo PS, pela ASDI, pela UEDS, pelo MSD e por inúmeras personalidades independentes, é a resposta do socialismo democrático à nova situação política de instabilidade e degradação da qualidade de vida criada pela maioria parlamentar de direita resultante das últimas eleições legislativas.

5. A ALIANÇA SOCIALISTA é a convergência de todos os que se opõem à bipolarização política da sociedade portuguesa, expressa no bloqueamento AD/APU. A ALIANÇA SOCIALISTA tem pois como primeiro objectivo ganhar as próximas eleições legislativas, retirar a maioria absoluta de deputados à AD e viabilizar um governo democrático e progressista

inspirado pelos valores e princípios fundamentais do socialismo democrático, capaz de conduzir uma política maioritária que faça renascer, mobilizar e dinamizar as energias e as esperanças legítimas do povo português.



6. A ALIANÇA SOCIALISTA é a força do diálogo contra o ódio, a intolerância e a perseguição que a AD leva a cabo.

A ALIANÇA SOCIALISTA é a defesa da qualidade de vida contra a degradação e repressão salarial praticadas pela AD.

A ALIANÇA SOCIALISTA é o entendimento com os parceiros sociais contra a instabilidade e a agitação social fomentadas pela AD.

A ALIANÇA SOCIALISTA é o diálogo e a viabilização da Reforma Agrária no quadro de um desenvolvimento integrado da agricultura portuguesa contra a violência nos campos e a destruição da Reforma Agrária que a AD tem como objectivo.

A ALIANÇA SOCIALISTA é a garantia de melhores condições de vida, em particular dos mais desfavorecidos, contra a reposição dos privilégios das minorias que ~~apoiam~~ apoiam a AD.

A ALIANÇA SOCIALISTA é a procura de consenso entre os órgãos de soberania contra a guerrilha institucional da AD.

A ALIANÇA SOCIALISTA é a defesa e valorização da nossa cultura nacional contra o obscurantismo cultural da AD.

A ALIANÇA SOCIALISTA é a garantia dos direitos e liberdades fundamentais, nomeadamente no domínio da Comunicação Social, contra a censura e a manipulação comandadas pela AD.

Fundação Cuidar o Futuro

7. ~~Mostrando~~ A vitória da ALIANÇA SOCIALISTA não depende apenas dos resultados elei-
torais, mas também da construção de um novo bloco social de apoio às trans-
formações sociais a que o 25 de Abril abriu portas.

As propostas políticas e programáticas que a ALIANÇA SOCIALISTA apresenta
ao povo português identificam-se pois com largas camadas da população, des-
de os trabalhadores da indústria e dos serviços ao campesinato e assalari-
dos agrícolas, desde os pequenos e médios comerciantes e industriais até aos
jovens e intelectuais, aos pescadores, às mulheres e aos reformados e pensio-
nistas.

Todos estes sectores sociais, que constituem a esmagadora maioria dos por-
tugueses, encontram no projecto da ALIANÇA SOCIALISTA a resposta necessá-
ria aos seus problemas quotidianos, aos seus anseios e aspirações mais pro-
fundas.

Esses sectores sociais darão a vitória à ALIANÇA SOCIALISTA e permitirão, com
o seu voto, que se forme um governo democrático e progressista apoiado pela
AS que abra aos portugueses as portas de um futuro democrático, economicamen-
te mais desenvolvido, socialmente mais justo e culturalmente mais criativo.

8. Mas nas próximas eleições não ~~estará~~ ^{estará} ~~estará~~ ~~em~~ apenas em causa a formação de um go-
verno democrático e progressista; os portugueses serão chamados a, através
do voto, tomar uma opção crucial quanto à natureza do regime democrático emer-
gente do 25 de Abril.

Perante a sanha destruidora da AD e o imobilismo ~~(da AD)~~ da APU, a ALIAN-
ÇA SOCIALISTA apresenta aos portugueses uma proposta responsável de revisão



constitucional, ou seja, um conjunto de alterações à actual Constituição que, preservando o que nele se contém de abertura à emergência duma sociedade livre dos estigmas da repressão e da exploração dos trabalhadores, permita a sua adaptação às exigências da situação concreta que hoje vivemos.

9. Os deputados da ALIANÇA SOCIALISTA defenderão pois uma revisão constitucional que se oriente pelos seguintes grandes princípios:
- salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias individuais, sociais, económicos e culturais dos portugueses consagrados na Constituição de 1976;
 - garantia da subordinação do poder económico ao poder político numa perspectiva não estatista, através da ~~revisão~~ ^{dinamização} do modelo sócio-económico assente na manutenção do actual ~~xxx~~ quadro de sectores produtivos e na planificação democrática do desenvolvimento;
 - garantia do equilíbrio entre os poderes dos diferentes órgãos de soberania, delimitando com maior rigor e à luz da experiência entretanto vivida, as respectivas competências e criando os mecanismos adequados ao reforço da estabilidade governativa;
 - consagração da subordinação das Forças Armadas ao poder civil, repartindo sem hiatos pelos diferentes órgãos de soberania as actuais competências do Conselho da Revolução;
 - aprofundamento dos mecanismos constitucionais de descentralização político-administrativa e consagração da participação organizada das populações e dos trabalhadores de forma permanente na vida pública.
10. A revisão constitucional que a ALIANÇA SOCIALISTA preconiza será feita no escrupuloso respeito pelos mecanismos de revisão que a Constituição de 1976 consagra explicitamente, a saber :
- a observância da maioria qualificada de 2/3 para a aprovação de qualquer alteração;
 - a não sujeição a referendo da Lei de Revisão Constitucional;
 - o respeito pelos limites materiais estabelecidos no artigo ~~290º~~ 290º, ou seja, pelas matérias que o legislador constituinte entendeu não deverem ser revistas.
11. A par da actuação parlamentar, nomeadamente quanto ao processo de revisão constitucional, a ALIANÇA SOCIALISTA pretende afirmar-se como força de governo, capaz de dar origem e apoiar um governo democrático e progressista que responda pela sua composição e prática política aos anseios e aspirações das largas camadas do povo português que apoiam um projecto político norteado pelos valores fundamentais de uma democracia política, económica, social e cultural, em suma, pelos valores fundamentais do 25 de ABRIL.
- O governo que a ALIANÇA SOCIALISTA for chamada a formar não será apenas o governo dos apoiantes da AS. Só a ALIANÇA SOCIALISTA, pela sua composição e pela prática do diálogo e da tolerância, pode garantir a formação de um go-



Fundação para o Cuidar o Futuro

verno capaz de dialogar com a base social de apoio das demais forças políticas representativas em Portugal e assim definir uma prática política que ultrapasse decisivamente as querelas partidárias e no reforço da democracia represente cabalmente os anseios da esmagadora maioria do povo português.

12. O governo democrático e progressista que só a vitória eleitoral da ALIANÇA SOCIALISTA pode viabilizar orientar-se-à assim por três grandes princípios fundamentais :

- a) plena viabilização institucional do regime democrático consagrada na Constituição, alargando as formas de expressão ~~da~~ política, económica e cultural dos portugueses;
- b) definição e aplicação de um plano económico-social de superação da crise e de reposição das condições de vida e satisfação das necessidades fundamentais do povo português;
- c) afirmação da independência nacional no quadro de uma inserção de Portugal no mundo virado para a afirmação internacional dos valores fundamentais da nossa identidade cultural e do relacionamento com todos os povos de todos os continentes.

13. Na concretização destes objectivos o governo democrático e progressista que a ALIANÇA SOCIALISTA viabilizará após a sua vitória eleitoral apontará para os seguintes objectivos fundamentais :

1- no plano institucional :

- a) rigorosa defesa dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e respeito integral pela legalidade democrática em todos o território nacional;
- b) reposição do pluralismo e garantia de isenção nos meios de comunicação social estatizados;
- c) reforço do prestígio das instituições representativas da vontade popular, designadamente pela dignificação da Assembleia da República;
- d) aceleração do processo de descentralização político-administrativa e institucionalização das Regiões-Plano como primeiro passo para a criação das Regiões Administrativas;
- e) apoio e incentivo à actuação dos órgãos de Poder Local;
- f) reforma e dignificação da Administração Pública;

2- no plano económico-social ;

- a) consolidação do sistema económico que a Constituição consagra mediante a dinamização do sector público , apoio ao sector cooperativo e autogerido e o estímulo à iniciativa privada , numa perspectiva de total aproveitamento dos recursos materiais e humanos nacionais;
- b) lançamento de um Plano de desenvolvimento a médio prazo , democraticamente participado pelas populações quer no domínio da elaboração quer no da sua aplicação , com carácter imperativo para o sector público, que funcione como quadro de referência para o desenvolvimento da actividade económica em geral com vista à satisfação das necessidades dos portugueses;



c) um relacionamento com a Comunidade Económica Europeia no âmbito de uma política externa fundada ^{na salvaguarda dos interesses nacionais e} na solidariedade de interesses entre os povos, que acolha o essencial das transformações do pós-25 de Abril e que simultaneamente permita a consolidação da democracia portuguesa e constitua um desafio à inovação das estruturas produtivas, administrativas e jurídicas e de estímulo ao desenvolvimento ^{na base da negociação que salvaguarda os interesses nacionais.}

d) uma política de expansão económica que dê prioridade ao combate ao desemprego ~~na manutenção do emprego~~ ao controlo da inflação e aumento do poder de compra das populações e à ^{regulação} ~~regulamentação~~ dos circuitos de comercialização como ^{meio} ~~meio~~ de protecção dos interesses dos consumidores, ^{cujas formas de participação e controlo serão estimuladas;}
~~ação de desenvolvimento da economia, com ênfase na produção, permitindo a estabilização das condições económicas e a manutenção da competitividade. A formação de recursos humanos e a promoção da investigação científica e tecnológica são prioridades fundamentais para a realização dos objectivos aqui enunciados.~~

3- no plano das reformas sociais :

- a) lançamento escalonado do Serviço Nacional de Saúde, com simultânea adopção de um conjunto de providências tendentes à plena satisfação do princípio constitucional da universalidade do direito à saúde e à melhoria dos serviços;
- b) melhoramento do esquema dos benefícios sociais, com especial incidência sobre os desempregados, a terceira idade, a infância e os deficientes numa perspectiva de integração mediante participação e controlo popular;
- c) recuperação e aceleração do ritmo de produção de novos alojamentos, reconversão do sistema de crédito à aquisição de casa própria, reformulação do planeamento urbanístico e dos condicionamentos do uso do solo ~~num~~ num quadro de definição de medidas de protecção à qualidade do meio ambiente e da vida dos cidadãos;
- d) desenvolvimento e reorganização das estruturas educativas, como verdadeiro suporte de uma nova sociedade que assegure a igualdade de oportunidades sem discriminações sociais e conduza a uma ampla participação dos directos interessados no funcionamento de ^{um} sistema educativo democrático e descentralizado; ^{e à melhoria das condições profissionais de cada um;}
- e) impulso e apoio à descentralização e animação cultural, com plena utilização das potencialidades criativas e participativas que se encontram disseminadas pelo país e através da valorização do património histórico, na perspectiva da construção de uma autêntica democracia cultural em Portugal.



14. Vamos construir o país de Abril! E esta será a política que devolverá ao povo português a confiança no futuro. Tornar o povo sujeito responsável da sua história, eis a síntese da política proposta pela ALIANÇA SOCIALISTA. A política da transformação contra a política do passado.

Prosseguir a coerência histórica de um povo em todas as suas manifestações de vida e cultura será o combate da ALIANÇA SOCIALISTA.

15. A ALIANÇA SOCIALISTA é a única alternativa de esquerda viável para derrotar a AD.

A vitória da ALIANÇA SOCIALISTA abrirá caminho para um governo democrático e progressista, para uma política de consenso social apoiada pela grande maioria dos portugueses. O voto na ALIANÇA SOCIALISTA É MAIS DO QUE UM VOTO ÚTIL, É UM VOTO NECESSÁRIO !

Fundação Cuidar o Futuro

